RGe ISSN: 2177-3246

TECNOLOGIA ASSISTIVA PARA JOVENS E ADULTOS COM BAIXA VISÃO: UM ESTADO DA ARTE

ASSISTIVE TECHNOLOGY FOR YOUNG PEOPLE AND ADULTS WITH LOW VISION: A STATE-OF-THE-ART OVERVIEW

TECNOLOGÍA DE ASISTENCIA PARA JÓVENES Y ADULTOS CON BAJA VISIÓN: UNA VISIÓN GENERAL DE VANGUARDIA

10.56238/revgeov17n5-026

Selma do Espírito Santo Santos
Estudante de Mestrado Programa de Pós-Graduação em Educação de Jovens e Adultos
Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)

Genigleide Santos da Hora
Professora da Educação Superior
Instituição: Universidade Estadual de Santa Cruz (UESC)
E-mail: gshora@uesc.br

Patrícia Carla da Hora Correia
Professora da Educação Superior
Instituição: Universidade do Estado da Bahia (UNEB)
E-mail: phora@uneb.br

RESUMO
Este artigo apresenta resultados parciais da pesquisa de dissertação em desenvolvimento no Programa de Mestrado Profissional que mapeou e analisou dissertações produzidas na área de Tecnologia Assistiva – TA na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com foco na autonomia e participação de estudantes com deficiência visual, especialmente baixa visão, no Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITEC, política educacional implementada na Bahia. Adotou-se o estado da arte como método, na tentativa de compreender como tem ocorrido a produção do conhecimento na TA e na EJA. Esse método admite analisar, categorizar e revelar os diversos pontos de vista e perspectivas sob os quais o fenômeno tem se constituído e analisado. O levantamento, realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD entre 2015 a 2024, identificou escassez de estudos específicos sobre baixa visão na EJA, evidenciando a necessidade de pesquisas que considerem particularidades pedagógicas, culturais e regionais desses sujeitos. Conclui-se ser essencial difundir a TA como recurso interdisciplinar para reduzir barreiras de acessibilidade, fortalecendo práticas pedagógicas inclusivas que assegurem o direito à educação de qualidade para jovens e adultos com baixa visão.

Palavras-chave: Acessibilidade. Inclusão. Pessoa Com Deficiência Visual.

ISSN: 2177-3246

ABSTRACT
This article presents partial results of dissertation research in development within the Professional Master's Program, which mapped and analyzed dissertations produced in the area of Assistive Technology – AT in Youth and Adult Education – EJA, focusing on the autonomy and participation of students with visual impairments, especially low vision, in High School with Technological Mediation – EMITEC, an educational policy implemented in Bahia. The state-of-the-art method was adopted in an attempt to understand how knowledge production in AT and EJA has occurred. This method allows for the analysis, categorization, and revelation of the diverse viewpoints and perspectives under which the phenomenon has been constituted and analyzed. The survey, conducted in the Brazilian Digital Library of Theses and Dissertations – BDTD between 2015 and 2024, identified a scarcity of specific studies on low vision in EJA, highlighting the need for research that considers the pedagogical, cultural, and regional particularities of these individuals. It is concluded that it is essential to disseminate assistive technology as an interdisciplinary resource to reduce accessibility barriers, strengthening inclusive pedagogical practices that ensure the right to quality education for young people and adults with low vision.

Keywords: Accessibility. Inclusion. Visually Impaired Person.

RESUMEN
Este artículo presenta resultados parciales de una investigación de tesis en desarrollo dentro del Programa de Maestría Profesional, que mapeó y analizó tesis producidas en el área de Tecnología de Asistencia (TA) en Educación de Jóvenes y Adultos (EJA), con énfasis en la autonomía y participación de estudiantes con discapacidad visual, especialmente baja visión, en la Escuela Secundaria con Mediación Tecnológica (EMITEC), una política educativa implementada en Bahía. Se adoptó la metodología de vanguardia para comprender cómo se ha producido el conocimiento en TA y EJA. Esta metodología permite el análisis, la categorización y la revelación de los diversos puntos de vista y perspectivas bajo los cuales se ha constituido y analizado el fenómeno. La encuesta, realizada en la Biblioteca Digital Brasileña de Tesis y Disertaciones (BDTD) entre 2015 y 2024, identificó una escasez de estudios específicos sobre baja visión en EJA, lo que resalta la necesidad de investigación que considere las particularidades pedagógicas, culturales y regionales de estas personas. Se concluye que es fundamental difundir la tecnología de apoyo como recurso interdisciplinario para reducir las barreras de accesibilidad, fortaleciendo prácticas pedagógicas inclusivas que garanticen el derecho a una educación de calidad para jóvenes y adultos con baja visión.

Palabras clave: Accesibilidad. Inclusión. Personas con Discapacidad Visual.

1 INTRODUÇÃO

Este trabalho trata-se do levantamento de pesquisas sobre o uso da Tecnologia Assistiva na Educação de Jovens e Adultos – EJA, com ênfase na promoção da inclusão e da autonomia de estudantes com deficiência visual, especificamente com baixa visão, no contexto do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITEC, política educacional do estado da Bahia. O tema está vinculado à pesquisa de dissertação em andamento no Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB.

A Tecnologia Assistiva – TA ainda enfrenta desafios relevantes, como o desconhecimento por parte de educadores e gestores. (Galvão Filho, 2013) destaca que a falta de compreensão sobre o conceito limita sua implementação, sendo frequentemente confundida com a tecnologia educacional, que se concentra nos processos de ensino-aprendizagem. Diferentemente, a TA visa ampliar as habilidades funcionais das pessoas com deficiência, e na eliminação de barreiras que dificultam sua inclusão social e escolar.

Segundo (Bersch, 2017) “a tecnologia assistiva deve ser compreendida como um recurso do usuário, e não como um recurso do profissional”. Isso significa que a TA busca atender diretamente às necessidades da pessoa com deficiência, permitindo-lhe desempenhar funções cotidianas de forma independente. Sem o uso de recursos, instrumentos ou facilitadores de TA, essas funções seriam difíceis ou mesmo impossíveis de serem executadas.

No estado da Bahia, o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica configura-se como uma política pública instituída pela Portaria SEC nº 424/2011, com o objetivo de garantir o acesso ao ensino médio para jovens e adultos residentes em localidades remotas ou de difícil acesso. As aulas são transmitidas diariamente, ao vivo, por meio de antena de TV, possibilitando a interação em tempo real entre professores(as), mediadores(as) e estudantes. Em 2016, foi criado o Centro Estadual de Referência do Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – CEMITec, com a missão de fortalecer a proposta pedagógica. Atualmente, o programa alcança 127 municípios baianos, atendendo aproximadamente 15.000 estudantes, incluindo jovens e adultos com deficiência.

Apesar de sua abrangência, identificam-se desafios significativos relacionados à garantia da acessibilidade plena e ao uso sistemático de recursos de tecnologia assistiva para estudantes com baixa visão. Observa-se a carência de políticas específicas, a ausência de mapeamento sistemático dos estudantes com baixa visão, a escassez de recursos assistivos adequados e a formação continuada para professores(as), mediadores(as) e demais profissionais que atuam no EMITEC.

A deficiência visual, conforme o Decreto nº 5.296/2004, é classificada em cegueira ou baixa visão. Esta última refere-se à acuidade visual entre 5% e 30% no melhor olho, mesmo com correção óptica, implicando limitações significativas na realização de tarefas diárias e no processo de aprendizagem. Essa condição demanda recursos, estratégias e práticas pedagógicas fundamentadas em

uma perspectiva inclusiva que assegure autonomia, participação plena e o direito à educação de qualidade para todas as pessoas.

Nesse contexto, o presente artigo busca identificar tendências, lacunas e abordagens metodológicas presentes em dissertações e teses brasileiras produzidas entre os anos de 2015 a 2024, disponíveis na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, com vistas a fundamentar e justificar a relevância da pesquisa em desenvolvimento no Programa de Mestrado Profissional em Educação de Jovens e Adultos – MPEJA, da Universidade do Estado da Bahia – UNEB. Os resultados pretendem subsidiar reflexões e abordagem teórica de um dos capítulos da dissertação, pesquisa em andamento no MPEJA sobre a construção de uma cultura de acessibilidade e o fortalecimento de práticas pedagógicas inclusivas na EJA, especialmente no EMITEC.

1.1 TECENDO ARCABOUÇOS TEÓRICOS

A Educação de Jovens e Adultos – EJA constitui-se política social como um direito humano fundamental, voltada à promoção da cidadania, da justiça social e da dignidade. Vai além de um caráter compensatório ou supletivo, buscando reconhecer as trajetórias de vida e os saberes construídos por sujeitos historicamente marginalizados e em situação de vulnerabilidade social. (Arroyo, 2011, 2017).

Segundo (Arroyo ,2011) é essencial valorizar as “memórias e futuros” dos educandos, reconhecendo que suas histórias estão marcadas por desigualdades estruturais, exclusão e múltiplas vulnerabilidades. Em Passageiros da Noite, o autor (ARROYO, 2017) destaca que os estudantes da EJA não são “alunos padrão”, mas trabalhadores com percursos interrompidos, cuja educação deve ser emancipatória, garantindo o direito a uma vida justa.

Essa perspectiva se articula com o pensamento de (Freire,1996), para quem a educação é prática de liberdade, crítica e dialógica, comprometida com a transformação das condições sociais injustas. Freire defende metodologias participativas, que respeitem a autonomia dos educandos e estimulem a leitura crítica do mundo, para que possam se reconhecer como protagonistas de suas histórias.

Compreender a EJA como política social transformadora implica repensar o currículo, a organização escolar e as práticas pedagógicas para acolher a diversidade cultural, social e identitária dos estudantes jovens e adultos, enfrentando preconceitos como racismo, etarismo e capacitismo. Nesse contexto, o debate sobre inclusão e acessibilidade, especialmente para pessoas com deficiência, torna-se um compromisso ético e político com a construção de uma escola democrática, humanizada e justa.

No âmbito educacional, a tecnologia assistiva desempenha papel fundamental para garantir o direito à educação inclusiva de qualidade. Segundo o Comitê de Ajudas Técnicas a TA:

> é uma área do conhecimento, de característica interdisciplinar, que engloba produtos, recursos, metodologias, estratégias, práticas e serviços que objetiva promover a funcionalidade, relacionada à atividade e participação, de pessoas com deficiência, incapacidades ou mobilidade reduzida, visando sua autonomia, independência, qualidade de vida e inclusão social. (BRASIL, 2009, p. 9)

É possível afirmar que houve alguns avanços na educação inclusiva, a exemplo do explicitado no Comitê de Ajudas Técnicas a respeito da TA, já que num passado não muito distante, a Pessoa com deficiência era segregada e muitas vezes cerceados do seu direito à educação.

Contudo, como observa (Galvão Filho, 2022), a TA ainda é frequentemente confundida com tecnologias educacionais gerais, quando na verdade visa especificamente eliminar barreiras e ampliar a acessibilidade de pessoas com deficiência, promovendo inclusão social para os educandos da EJA.

Essas adequações são indispensáveis para assegurar não apenas o acesso, mas a permanência e o sucesso escolar de jovens e adultos com baixa visão, demandando formação continuada de professores, mediadores e profissionais para uso pedagógico qualificado da tecnologia assistiva, em consonância com os princípios de equidade, justiça social e promoção da dignidade humana.

2 MÉTODO

2.1 O ESTADO DA ARTE COMO MÉTODO DE PESQUISA

A construção deste estudo acerca do estado da arte teve por objetivo identificar e analisar tendências, lacunas e abordagens metodológicas em pesquisas acadêmicas brasileiras produzidas nos últimos dez anos, de modo a fundamentar e justificar a relevância da pesquisa em andamento no MPEJA.

A opção pelo estado da arte converge com afirmativas de Romanowski (2002, p.15-16), para a realização desse tipo de pesquisa, os seguintes procedimentos:

- definição dos descritores para direcionar as buscas a serem realizadas;
- localização dos bancos de pesquisas, teses e dissertações [...] biblioteca eletrônica que possam proporcionar acesso [...];
- estabelecimento de critérios à seleção do material que compõe o corpus do estado da arte;
- leitura das publicações com elaboração de síntese preliminar, considerando o tema, objetivos, problemáticas, metodologias, conclusões, e a relação entre o pesquisador e a área;
- análise e elaboração das conclusões preliminares.

De tal modo, parte dos itens destacados pelo autor, acerca do desenvolvimento do estado da arte, foram percorridos e abordados nesta pesquisa. Ao revisar a literatura relacionada às pesquisas pertinentes ao tema, observou-se,

> os referenciais teóricos que subsidiaram as investigações; a relação entre o pesquisador e a prática pedagógica; as sugestões e proposições apresentadas pelos pesquisadores; as contribuições da pesquisa para mudança e inovações da prática pedagógica; [bem como] a contribuição dos professores/pesquisadores. (ROMANOWSKI; ENS, 2006, p. 39)

O levantamento sistemático foi realizado na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD, utilizando os descritores: *Educação de jovens e adultos*, *tecnologia assistiva* e *baixa visão*. Foram adotados como critérios de inclusão: (1) dissertações escritas em língua portuguesa; (2) publicadas entre 2015 e 2024; e (3) disponíveis integralmente em texto completo.

A busca inicial, com a combinação dos três descritores, retornou sete dissertações. O recorte temporal foi definido considerando o marco de 10 anos da implementação da Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Lei nº 13.146, 2015), também conhecida como Estatuto da Pessoa com Deficiência, que representou um avanço significativo para a Educação Especial Inclusiva no Brasil.

Com o objetivo de ampliar o alcance da busca, manteve-se o recorte temporal de 2015 a 2024, preservando os descritores já mencionados, mas filtrando os resultados pela área de conhecimento *Educação*, conforme classificação do CNPq. Após essa filtragem, foram selecionadas três dissertações, sintetizadas no **Quadro 1**, com indicação do autor, título, instituição de defesa e link para acesso ao texto completo.

Quadro 1 - Dissertações selecionadas no levantamento realizado na BDTD (2015–2024)

Autor(a)	Título	Instituição	Link
André, F. Q.	Um levantamento de Tecnologias Assistivas para inclusão na aula de Matemática	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PROFMAT	https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/15567
Campos, É. C. V. Z.	Diálogos entre o currículo e o planejamento educacional individualizado (PEI) na escolarização de alunos com deficiência intelectual	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPG Educação	https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13116
Silva, I. A.	Imagem corporal de adolescentes escolares com deficiência visual: fatores protetivos relacionados à mídia	Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro – PPG Educação	https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/18537

Fonte: Autores.

A análise das dissertações revelou diferentes enfoques relacionados à inclusão e à tecnologia assistiva. (André, 2022) realizou uma revisão de literatura em periódicos brasileiros de Educação Matemática publicados nos últimos 15 anos, buscando identificar contribuições para o desenvolvimento e uso de tecnologia assistiva no ensino da disciplina a estudantes com necessidades educacionais específicas. (Campos, 2021) evidenciou fragilidades na implementação do planejamento

educacional individualizado – PEI para alunos com deficiência intelectual, ressaltando a importância de alinhá-lo ao currículo escolar. Já (Silva,2023) investigou fatores protetivos relacionados à imagem corporal de adolescentes com deficiência visual, identificando o fortalecimento dos filtros cognitivos como estratégia de proteção contra padrões midiáticos negativos.

Os dados obtidos neste estudo do tipo estado da arte apontaram atenção que os pesquisadores afiançam à temática, voltam-se para os temas, subtemas e conteúdos priorizados em suas pesquisas e despontam a necessidade de aprofundamentos em outras pesquisas, pois alguns temas são silenciados, ou seja, evocam aspectos preciosos como áreas formativas, com suas propostas específicas que possam atender estudantes com deficiência, Transtornos Globais do Desenvolvimento e Altas Habilidades/Superdotação.

Para tanto, assegurar que todos os estudantes tenham oportunidades educacionais equitativas é reconsiderar a formação contínua de professores para que se possam desenvolver e aplicar práticas pedagógicas inclusivas e acessíveis. Bom que se diga, essencial as escolas públicas oferecerem educação de qualidade a todos, independentemente de suas potencialidades, conforme afirmativa de (Hora, 2020) indicando lacunas na formação de professores na Educação Especial permanecem em todo o Brasil e, apesar dos investimentos realizados nas últimas duas décadas, as desigualdades educacionais persistem, especialmente no Nordeste, onde a reversão dos problemas avança vagarosamente. A cada dia os desafios estão postos, como a falta de recursos adequados, a escassez de especialistas e, até mesmo, o desconhecimento sobre a inclusão escolar.

Após a seleção dos trabalhos, procedeu-se “à análise qualitativa dos textos, utilizando como procedimento principal a Análise de Conteúdo – AC, conforme os pressupostos metodológicos de (Bardin, 2016). Essa técnica permitiu a identificação e categorização dos principais temas, abordagens metodológicas, contribuições e lacunas presentes nas pesquisas.

A categorização foi realizada em etapas, iniciando a partir da leitura detalhada dos resumos e capítulos relevantes das dissertações, seguida da codificação das unidades de registro relacionadas ao uso da tecnologia assistiva na EJA e à inclusão de estudantes com baixa visão. Posteriormente, os dados foram agrupados em categorias temáticas para que contemplassem, entre outras, a aproximação dos estudos com objeto da pesquisa em andamento, os desafios apontados, as estratégias pedagógicas adotadas e as limitações identificadas.

Essa abordagem acerca do estado da arte, amparadas pelas AC possibilitou estabelecer uma análise crítica e sistemática do panorama atual da pesquisa acadêmica sobre o tema em evidência, fornecendo subsídios para a fundamentação teórica da pesquisa em andamento e orientando a proposição de práticas pedagógicas mais efetivas e inclusivas.

Essa carência de produções acadêmicas no Brasil evidencia uma lacuna significativa na área, ao mesmo tempo em que reforça a relevância desta investigação. Reconhecer e problematizar essa

escassez é fundamental para fomentar a construção de uma cultura de acessibilidade, promover a difusão qualificada da tecnologia assistiva na EJA e apoiar o desenvolvimento de práticas pedagógicas inclusivas que garantam o direito à educação de qualidade para todos(as), sem exceções.

Vale destacar que pesquisas como está se alinham à perspectiva da pesquisa de intervenção em educação, que, segundo (Pereira, 2019), busca articular a produção de conhecimento com a transformação da realidade investigada, mobilizando práticas colaborativas e engajadas para resolver problemas concretos no campo educacional. Essa abordagem orientou a análise crítica do levantamento realizado, buscando não apenas mapear o estado da arte, mas também subsidiar a proposição de estratégias pedagógicas mais inclusivas e emancipatórias no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

2.2 GARIMPANDO DADOS

A análise dos trabalhos identificados na Biblioteca Digital Brasileira de Teses e Dissertações – BDTD revela que, embora existam produções relevantes sobre Educação de Jovens e Adultos – EJA tratando de práticas pedagógicas inovadoras, uso de tecnologias digitais em geral e discussões sobre inclusão, verifica-se uma grande lacuna de trabalhos científicos especificamente dedicados ao uso de tecnologia assistiva para jovens e adultos com deficiência visual, especialmente no caso da baixa visão.

No levantamento realizado, nenhum dos trabalhos encontrados no período coberto (2015–2024) investigou de modo direto o uso de tecnologia assistiva voltada à promoção da autonomia ou da inclusão de estudantes jovens e adultos com deficiência visual, quiçá estudantes jovens e adultos com baixa visão, em modalidades e ofertas de ensino básico como o Ensino Médio com Intermediação Tecnológica – EMITEC ou em propostas pedagógicas similares voltadas para populações em áreas de difícil acesso ou rurais.

A definição dessa técnica de Análise de Conteúdo – AC para as análises, justificam-se por situar e delinear a condução da análise dos dados, processo analítico que requer atenção para essa fase metodológica estruturada em diferentes etapas, que segundo (Bardin,2016), é composta por três fases: *a pré-análise, a exploração do material e o tratamento dos resultados* e a *interpretação*. E apresentam intersecções que cabe ao pesquisador envolver-se em cada fase com rigorosidade para não comprometer a fase seguinte, conforme propõe Bardin ao se comprometerem as análises tecidas.

Em síntese, os trabalhos apresentados corroboram para a implementação de práticas pedagógicas inclusivas, adequações curriculares e aprontar suportes que possam superar barreiras de aprendizado para que todos os estudantes tenham mais autonomia. Isso implica reconhecer a diversidade, valorizar as habilidades individuais. Apesar disso, a análise dos trabalhos demonstra resistência expressiva por parte de muitos professores, cogitando a distância entre a teoria e a prática.

Essa ausência de pesquisas acadêmicas mais específicas sobre tecnologia assistiva e EJA indica que o tema permanece em estágio incipiente no campo educacional brasileiro. Em parte, ela reflete a histórica invisibilidade das demandas de pessoas com deficiência nas políticas públicas destinadas à EAJ, muitas vezes tratada de forma compensatória, emergencial ou fragmentada, sem articulação com princípios efetivos de inclusão, acessibilidade e equidade.

Autores como (Arroyo 2011, 2017) já haviam destacado a necessidade de reconhecer as trajetórias interrompidas e os itinerários de vida de trabalhadores e trabalhadoras, considerando as desigualdades estruturais que marcam seus percursos educacionais. Incorporar as necessidades específicas de educandos com baixa visão em políticas e práticas da EJA significa concretizar essa concepção de educação emancipatória, orientada pela justiça social e pela garantia de direitos humanos e cidadania.

Essa perspectiva é essencial para se pensar a EJA: reconhecer que os sujeitos jovens e adultos com baixa visão são sujeitos de direito, cujas trajetórias e saberes expressam singularidades humanas que demandam abordagens pedagógicas inclusivas, contextualizadas e significativas. A incorporação da tecnologia assistiva nesse processo não deve ser reduzida a um simples recurso técnico, mas compreendida como parte de um compromisso pedagógico, político e ético voltado à garantia do direito à educação em condições equânimes.

Do ponto de vista das diretrizes legais, a Lei Brasileira de Inclusão (Brasil, 2015) prevê a promoção da acessibilidade de forma ampla, incluindo a adoção de recursos de tecnologia assistiva que permitam participação plena e equânime de todas as pessoas. O Comitê de Ajudas Técnicas (Brasil, 2009) define a TA como área interdisciplinar voltada a eliminar barreiras de acessibilidade e ampliar a autonomia e a qualidade de vida das pessoas com deficiência, tornando-se um instrumento essencial para a efetivação do direito à educação inclusiva.

Entretanto, os resultados deste levantamento indicam que essa perspectiva ainda não se traduziu em investigações acadêmicas suficientes que articulem TA e EJA em âmbito nacional. Há lacunas importantes, como:

- Estudos empíricos que documentem e analisem o uso de dispositivos e recursos de TA para estudantes com baixa visão em turmas de EJA;
- Avaliação das estratégias pedagógicas e da formação docente para uso efetivo e contextualizado da TA;
- Produção de materiais acessíveis e adequados às realidades regionais e socioculturais específicas.

Além disso, a própria formação inicial e continuada de professores da EJA frequentemente carece de discussões aprofundadas sobre inclusão, acessibilidade e uso de tecnologia assistiva, o que limita o desenvolvimento de práticas pedagógicas realmente inclusivas.

Essa constatação reforça a relevância de nossa pesquisa em desenvolvimento, que busca não apenas preencher parte dessa lacuna teórica e metodológica, mas também subsidiar a construção de estratégias pedagógicas alinhadas aos princípios de inclusão, autonomia e equidade. Em especial, destaca-se a necessidade de considerar:

- As especificidades culturais e regionais dos estudantes jovens e adultos do EMITEC, que vivem em áreas rurais e de difícil acesso;
- A formação continuada de professores, mediadores e gestores educacionais visando à difusão e ao uso pedagógico qualificado da TA;
- A criação de políticas públicas mais integradas que articulem EJA, inclusão e tecnologia assistiva de forma sistêmica.

Com base nos materiais estudados, urge, ao se requerer práticas pedagógicas para estudantes com deficiência, ampliar ações de formação para os professores que atuam na EJA. Isso não apenas afiança a efetividade da educação inclusiva, mas também expande o conhecimento daqueles professores que atuam com esse público. Os trabalhos também apontam a seriedade que se deve ter por ações de sensibilização por parte das instituições educacionais, para que intercedam proativamente na inclusão escolar, em atendimento das políticas públicas, que amparam e respaldam currículos adequados.

Assim, a lacuna identificada não apenas justifica, mas demanda com urgência novos estudos e ações que consolidam a tecnologia assistiva como área interdisciplinar indispensável para a promoção do direito a uma educação equânime e de qualidade para todos(as), sem exceções.

3 CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em síntese, o mapeamento da Análise de Conteúdo – AC permitiu identificar tendências gerais e, sobretudo, evidenciar lacunas significativas na literatura recente sobre Educação de jovens e adultos – EJA, Tecnologia assistiva – TA e baixa visão. Embora existam contribuições relevantes voltadas à inclusão de pessoas com deficiência, de forma mais ampla, verifica-se uma carência marcante de investigações específicas que abordem o uso de recursos de TA destinados a jovens e adultos com deficiência visual, especialmente no caso da baixa visão, em contextos educativos como o EMITEC.

Essa constatação reforça a necessidade de expandir o debate acadêmico sobre a intersecção entre EJA, inclusão e TA, considerando as especificidades pedagógicas, culturais e regionais dos estudantes com deficiência nas áreas de difícil acesso. A lacuna identificada não se limita a uma ausência teórica, mas traduz-se em desafios práticos para garantir a plena acessibilidade, a autonomia e o direito à aprendizagem de qualidade para jovens e adultos com baixa visão.

Além disso, o levantamento evidenciou a importância de se investir em políticas públicas integradas e na formação continuada de professores, mediadores e gestores educacionais, a fim de

incorporar a tecnologia assistiva de forma qualificada, crítica e contextualizada em suas práticas pedagógicas, sempre em consonância com as necessidades específicas e autonomia dos usuários. A ausência de estudos empíricos que analisem experiências concretas com o uso da TA na EJA indica um campo vasto de possibilidades na sociedade civil para que acolham verdadeiramente os estudantes com deficiência.

Resultados da Análise de Conteúdo – AC sustentou a pertinência e a originalidade da presente pesquisa ao propor o aprofundamento do tema e ao se colocar como contribuição para o enfrentamento das desigualdades educacionais históricas. Pretende-se, com isso, subsidiar reflexões e ações voltadas à construção de práticas pedagógicas mais inclusivas e emancipatórias comprometidas com a promoção da equidade e da justiça social no âmbito da Educação de Jovens e Adultos.

Espera-se que este trabalho possa inspirar novas pesquisas, fomentar o diálogo entre pesquisadores, educadores e formuladores de políticas públicas, além de contribuir para consolidar a tecnologia assistiva como uma área interdisciplinar indispensável para a efetivação do direito à educação de qualidade para todas e todos, sem exceções.

Por fim, os resultados parciais desta pesquisa que mapeou e analisou dissertações com base no estado da arte, sustentam a necessidade de esforços interdisciplinares e de práticas colaborativas com ações que envolvam universidades, redes de ensino, sociedade civil e os próprios sujeitos da EJA, especialmente pessoas com baixa visão, para que sejam efetivamente consideradas no planejamento, implementação e avaliação de políticas públicas e práticas educacionais inclusivas.

Vale destacar que a realização de estados da arte exige tempo e dedicação, para a realização das leituras e sínteses. Uma vez que são lançadas inúmeras pesquisas ao ano. Para a realização do estado da arte de forma robusta, os estudos devem ser efetivados por grupos de pesquisa para que se tornem mais abrangentes e convalidados. No entanto, essas iniciativas demandam financiamento, encontros periódicos e sistemáticos de modo a delinear aproximações e interpretações dos contextos investigados. Por outro lado, estudos efetivados individualmente estabelecem a delimitações mais claras, mas ainda assim favorecem possibilidades enormes para se fazer valer reflexões e ações a partir das análises, especialmente em ambientes colaborativos entre os pesquisadores da área.

REFERÊNCIAS

Arroyo, M. G. (2011). *Educação de jovens e adultos: memória e futuro*. Vozes.

Arroyo, M. G. (2017). *Passageiros da noite: do trabalho para a EJA: itinerários pelo direito a uma vida justa* (2. ed.). Vozes.

Bardin, L. (2016). *Análise de conteúdo*. Edições 70.

Bersch, M. E. F. (2017). *Tecnologia assistiva: promovendo a autonomia de pessoas com deficiência*. https://www.assistiva.com.br

Brasil. (2015). *Lei nº 13.146, de 6 de julho de 2015: Institui a Lei Brasileira de Inclusão da Pessoa com Deficiência (Estatuto da Pessoa com Deficiência)*. Brasília, DF. https://www2.senado.leg.br/bdsf/bitstream/handle/id/554329/estatuto_da_pessoa_com_deficiencia_3ed.pdf

Campos, É. C. V. Z. (2021). *Diálogos entre o currículo e o planejamento educacional individualizado (PEI) na escolarização de alunos com deficiência intelectual* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas Populares). Repositório Institucional da UFRRJ. https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/13116

Correia, P. C. da H. (2020). As práticas inclusivas na sociedade: pressupostos para uma inclusão compreensiva. In A. S. A. Castro, E. R. O. Bastos, & Z. F. J. Souza (Orgs.), *Educação inclusiva: formação e experiências* (pp. 133–149). UEFS Editora.

Freire, P. (1996). *Pedagogia da autonomia: saberes necessários à prática educativa* (33. ed.). Paz e Terra.

Galvão Filho, T. A. (2013). A construção do conceito de tecnologia assistiva: alguns novos interrogantes e desafios. *Entreideias: Educação, Cultura e Sociedade, 2*(1), 25–42. http://www.galvaofilho.net/TA_desafios.pdf

Galvão Filho, T. E. (2009). *Inclusão escolar: fundamentos e práticas pedagógicas*. Cortez.

Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE). (2022). *Censo demográfico 2022: resultados gerais*. IBGE.

Pereira, A. (2019). *Pesquisa de intervenção em educação*. EDUNEB.

Romanowski, J. P. (2002). *As licenciaturas no Brasil: um balanço das teses e dissertações dos anos 90* (Tese de doutorado, Faculdade de Educação da Universidade de São Paulo, São Paulo, Brasil).

Romanowski, J. P., & Ens, R. T. (2006). As pesquisas denominadas do tipo "Estado da Arte". *Diálogos Educacionais, 6*(6), 37–50.

SEC/BA/EMITEC. (2024). *Jornada pedagógica 2024*. https://drive.google.com/file/d/1If_bjc79laePINkHJT_l3yZwNNMaNRjl/view

Silva, I. A. (2023). *Imagem corporal de adolescentes escolares com deficiência visual: fatores protetivos relacionados à mídia* (Dissertação de mestrado, Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Programa de Pós-Graduação em Educação, Contextos Contemporâneos e Demandas

Populares). Repositório Institucional da UFRRJ.
https://rima.ufrrj.br/jspui/handle/20.500.14407/18537